

DIREITO DIGITAL

BOLETIM DIGITAL



10ª EDIÇÃO

Notícias desta edição [➤](#)

ALMEIDA
ADVOGADOS

Este é o informativo preparado pela nossa área de Direito Digital com o objetivo de concentrar as principais notícias e mais relevantes discussões sobre os temas do mundo digital ocorridos no mês de fevereiro. Boa leitura!



PL 4/2025 PROPÕE REFORMA NO CÓDIGO CIVIL E INCLUSÃO DE LIVRO SOBRE DIREITO CIVIL DIGITAL

Foi protocolado no Senado o Projeto Lei 4/25, que visa atualizar a legislação para refletir as transformações sociais e tecnológicas das últimas décadas, propondo uma reforma abrangente do Código Civil brasileiro. A proposta inclui a criação de um livro dedicado ao Direito Civil Digital, estabelecendo o arcabouço legal aplicável para esta área, abrangendo temas como a proteção de avatares digitais e o uso de dados pessoais, o conceito de propriedade digital, contratos e documentos digitais e a validade de assinaturas digitais de diferentes tipos e uso de certificados digitais para o registro de documentos, incluindo reconhecimento de firma.

STJ RECONHECE DANO PRESUMIDO EM CASO DE VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE SEGURO DE VIDA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o vazamento de dados pessoais de segurados de seguros de vida gera dano moral presumido, ou seja, não é necessário que a vítima comprove o prejuízo sofrido para ter direito à indenização. O STJ destacou que a proteção de dados pessoais é um direito fundamental, reforçando a responsabilidade das empresas em garantir a segurança das informações, em especial dos dados de saúde - considerados sensíveis pela LGPD - tratados pelas seguradoras.

MUDANÇA NA CARTEIRA DE IDENTIDADE NACIONAL E A REDUÇÃO DE FRAUDES EM TRANSAÇÕES FINANCEIRAS

Em 1º de fevereiro de 2025, o Serasa Experian divulgou um estudo apontando que a nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) apresenta um risco de fraude 47 vezes menor em transações financeiras, comparada a documentos tradicionais como o RG e a CNH. Em outubro de 2024, apenas 0,2% das 2,8 milhões de operações realizadas com a CIN apresentaram indícios de fraude. A CIN, que irá substituir o RG até 2032, utiliza o CPF como número único nacional, o que reduz fraudes envolvendo registros múltiplos.

PHISHING POTENCIALIZADO POR IA: EMPRESA CHECK POINT DESTACA AUMENTO DE GOLPES EM PORTUGUÊS

A Check Point Research, empresa líder em soluções de cibersegurança, divulgou um alerta sobre o aumento expressivo de ataques de phishing em português impulsionados pelo uso de inteligência artificial (IA). Segundo a pesquisa, cibercriminosos estão utilizando IA para criar mensagens altamente convincentes e personalizadas, o que tem tornado as tentativas de golpe mais eficazes. A sofisticação desses ataques dificulta sua detecção tanto por usuários, quanto por sistemas de segurança convencionais. Diante desse cenário, cresce a necessidade de reforçar as medidas de cibersegurança, de educar o público sobre os riscos do phishing potenciado por IA, e a importância da criação de diretrizes éticas para o uso de IA e na proteção de dados pessoais.

COMÉRCIO ELETRÔNICO E IA: OMC PROPÕE REVISÃO DAS NORMAS GLOBAIS

A Organização Mundial do Comércio (OMC) anunciou que fará reunião com seus países-membros com o intuito de revisar as regras de comércio e vendas globais, considerando os avanços tecnológicos, especialmente o uso de inteligência artificial (IA). O objetivo é adaptar as regulamentações ao crescimento do comércio digital e aos impactos da IA nos mercados globais. Especialistas alertam para os riscos de desigualdade e concentração de poder econômico gerados por algoritmos. A reunião abordará a necessidade de transparência e ética no uso de IA em transações comerciais, focando na privacidade e segurança cibernética dos consumidores.

ANPD ABRE INVESTIGAÇÃO SOBRE USO DE DADOS BIOMÉTRICOS EM ESTÁDIOS DE FUTEBOL

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) iniciou uma fiscalização sobre o uso de reconhecimento facial na venda de ingressos e na entrada de estádios por 23 clubes de futebol no Brasil. A investigação busca avaliar a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), verificando se há transparência e segurança no tratamento das informações biométricas dos torcedores. A ANPD enfatiza a necessidade de consentimento claro e informado dos usuários, além de medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais coletados, maior rigor na proteção e no controle de acesso aos dados sensíveis, e a criação de um Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD) para avaliar os riscos envolvidos.

ANPD DIVULGA RELATÓRIO MOSTRANDO OS AVANÇOS FEITOS NO 2º SEMESTRE DE 2024

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) divulgou a atualização do Relatório de Acompanhamento da Agenda Regulatória, incluindo dados do segundo semestre de 2024. O documento detalha o progresso nas ações de regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), destacando avanços em temas como transferência internacional de dados, encarregado de proteção de dados pessoais, anonimização e pseudonimização e tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes.

CNJ DEFINE NORMAS PARA O USO DE FERRAMENTAS DE IA NO JUDICIÁRIO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou diretrizes para o uso de inteligência artificial (IA) no Judiciário brasileiro, com o objetivo de padronizar e regulamentar essa tecnologia nos tribunais. As novas orientações estabelecem usos que sejam condizentes com os direitos estabelecidos pela Constituição Federal, que evitem vieses discriminatórios e proíbem o uso de IA para tomada de decisão automatizada. Dentre os usos de IA, estão o auxílio na formulação de perguntas em audiências e na detecção de contradições em depoimentos em tempo real, classificação de processos que tangem sobre a mesma temática e alerta para decisões que podem ser contrárias aos precedentes já existentes.

RADAR LEGISLATIVO

PL 201/2025

Altera a Lei no 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para permitir a eliminação dos dados de adolescentes quando estes completarem dezoito anos de idade.

PL 714/2025

Dispõe sobre a limitação do sigilo de informações pessoais na administração pública e altera a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

PL 666/2025

Altera a Lei 9.472/1997 e a Lei 12.965/2014, para dispor sobre a prevenção e o combate a fraudes nas telecomunicações.

PL 511/2025

Altera a Lei 13.709/2018, para estabelecer regras adicionais acerca da comunicação de incidentes de segurança.

PL 545/2025

Altera a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), para incluir a possibilidade de tratamento de dados sensíveis mediante pagamento pecuniário ao titular e para regular o padrão de digitalização.

PRLP N. 3 (SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 3.821/2024):

Altera o Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal) e Lei 4.737/1965 (Código Eleitoral), para tipificar o crime de manipulação digital de imagens por inteligência artificial, e agravar a pena em casos de crimes contra mulheres e candidaturas em período eleitoral, e dá outras providências.

AA nas redes sociais

Siga nosso perfil para **receber atualizações exclusivas** e conteúdo jurídico especializado em Direito Digital!



Márcio Chaves
Sócio

mmchaves@almeidalaw.com.br
+55 (11) 2714 6900 | 9828